

**POLÍTICA EM MATÉRIA DE CONFLITO DE INTERESSES DA
CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.**

Segregação de Funções

1. A CGD Pensões tem por objeto a administração, gestão e representação do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, e de outros cuja gestão decida aceitar, bem como a prestação de serviços de consultoria e de apoio administrativo à gestão de fundos de pensões.
2. As regras relativas às actividades enumeradas anteriormente encontram-se estipuladas num regulamento próprio, denominado “Código de Conduta da CGD Pensões”.
3. A organização e gestão das atividades de intermediação financeira da CGD Pensões é realizada por forma a que não ocorram conflitos de interesses entre os diferentes clientes abrangidos. As Direções estão estruturadas de modo a garantir uma adequada segregação de funções de decisão, execução, registo e controlo dos investimentos realizados.
4. Os acessos aos sistemas de informação estão restritos aos utilizadores, em função da sua área de atividade, mediante a utilização de “passwords” pessoais e intransmissíveis, tendo em vista a proteção de arquivos, ficheiros e bases de dados.
5. A afetação de colaboradores às diferentes áreas de intermediação financeira respeita, tendencialmente, a exclusividade de cada atividade, bem como a não interferência em qualquer outra suscetível de conflito, não havendo envolvimento, simultâneo ou sequencial da mesma pessoa em diferentes atividades.
6. Os colaboradores da CGD Pensões gozam de independência técnica no exercício das suas funções, não sendo sujeitos a qualquer atuação indevida suscetível de interferir sobre o modo como prestam os seus serviços.

Circulação da informação

1. Ficam obrigatoriamente limitadas, aos serviços e colaboradores, que diretamente intervenham em cada operação sobre imóveis e sobre valores mobiliários negociáveis em mercado, as informações de que esses serviços ou colaboradores tenham tomado conhecimento em virtude do exercício das respetivas funções, designadamente aquelas que, não tendo ainda sido tornadas públicas, possam, pela sua natureza ou conteúdo, influenciar as cotações ou os preços em qualquer mercado.
2. As informações a que se refere o parágrafo anterior não poderão de forma alguma ser utilizadas em operações em que intervenha a própria CGD Pensões, os Destinatários, ou em que estejam interessados quaisquer participantes ou terceiros.

Remuneração dos colaboradores

A remuneração dos colaboradores envolvidos na atividade não tem relação direta com as receitas geradas pela atividade que desenvolvem, nem com as receitas geradas por outras pessoas envolvidas noutras atividades.

Procedimentos preventivos de conflitos de interesses

1. Com o objetivo de evitar conflitos de interesses, a CGD Pensões e os colaboradores envolvidos na intermediação financeira não devem:
 - Ter interesses nos resultados decorrentes de um serviço prestado ao cliente ou de uma operação realizada por conta do cliente, que seja distinto do interesse do cliente ou que seja conflituante com o interesse do cliente nesses resultados;

- Receber um benefício financeiro ou de outra natureza para privilegiar os interesses de um (uns) cliente(s) em detrimento dos interesses de outro(s);
- Receber ou vir a receber, de uma pessoa que não o cliente, um benefício ilícito relativo a um serviço prestado ao cliente, sob forma de dinheiro, bens ou serviços, que não a comissão ou os honorários inerentes ao serviço prestado.

É interdito aos colaboradores atuar como contraparte nas operações que realizem por conta dos clientes sobre instrumentos financeiros, salvo nos casos que, sendo consentidos por lei, o sejam igualmente pela hierarquia.

Comunicação ao cliente da existência de conflitos de interesses

Ocorrendo, numa situação concreta, um potencial conflito de interesses entre a CGD Pensões e um seu cliente, a CGD Pensões informará o cliente em causa sobre a natureza genérica e/ou fonte do conflito e só prestará o serviço após o consentimento do cliente.

Critérios de resolução de situações de conflito de interesses

1. Numa situação de conflitos de interesses deverá ser dada prevalência aos interesses dos clientes, tanto em relação aos interesses da CGD Pensões, como em relação aos interesses dos membros do Conselho de Administração e demais colaboradores, salvo nos casos em que existam razões de natureza legal ou contratual que prescrevam procedimento diferente;
2. Havendo conflito de interesses entre clientes, a CGD Pensões respeitará os princípios da equidade e da transparência;
3. Se os interesses dos clientes forem iguais, ou da mesma espécie, deverão os titulares dos interesses ceder na medida do necessário para que todos produzam igualmente o seu efeito, sem maior detrimento para qualquer das partes;
4. Se os interesses forem desiguais, ou de espécie diferente, prevalece o que causar menor prejuízo.

Registo de atividades que originam conflitos de interesse

A CGD Pensões mantém registos atualizados de todos os tipos de atividade de intermediação financeira, realizadas diretamente pela sociedade ou em seu nome, bem como pelos titulares dos órgãos ou pelos colaboradores, que originam um conflito de interesses com risco relevante de afetação dos interesses, de um ou mais clientes ou, no caso de atividades em curso, suscetíveis de originar, e das medidas tomadas para a sua mitigação e resolução.

Data da última atualização: 02 fevereiro de 2015